

Cultura afro-brasileira e indígena no ambiente escolar

Afro-Brazilian and indigenous culture in the school environment

■ Michele Alves de Jesus

Resumo

O trabalho tem como objetivo abordar as relações étnico-raciais no ambiente escolar em torno das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 ressaltando a importância de trabalhar a questão da diversidade étnica em sala de aula, em prol de uma educação menos racista para a desconstrução do preconceito e da discriminação racial que são atribuídas às populações indígenas e aos negros. A pesquisa procura discutir e refletir sobre as dificuldades e possibilidades encontradas pelo professor da Rede pública de Ensino para trabalhar a questão étnico-racial em sala de aula. A metodologia utilizada para a reflexão do tema ocorreu através de revisão bibliográfica de artigos, revistas, teses, dissertações e livros. Os resultados obtidos a partir dos estudos demonstram que há preconceito racial nas instituições de ensino, por isso, se torna necessário lutar por uma educação antirracista e crítica voltada para a realidade do aluno.

Palavras-chave:

Relações Étnico-raciais; Sala de Aula; Discriminação Racial.

Abstract

The study aims to address the ethnic-racial relations in the school environment around the federal laws 10.639/2003 and 11.645/2008 highlighting the importance of working the issue of ethnic diversity in the classroom, in favor of a less racist education for deconstruction of prejudice and racial discrimination which are attributed indigenous peoples and negros. A research seeks to discuss and reflect on the difficulties and opportunities encountered by Professor of public Education Network treat ethnic and racial issues in the classroom. The methodology used for the theme of reflection was through literature review of articles, journals, theses, dissertations and books. The results from the studies showed that there is racial prejudice in educational institutions. Therefore, we must fight for anti-racist education and criticism of the reality of the student.

Key-words

Ethnic and Race Relations; Class; Racial Discrimination.

Introdução

O trabalho tem como tema a cultura Afro-brasileira e Indígena, especificamente, as relações étnico-raciais no ambiente escolar. O problema que guia o estudo questiona: quais as possibilidades e dificuldades encontradas pelo professor da Rede Pública de Ensino para trabalhar as questões étnico-raciais em sala de aula?

A justificativa da pesquisa se dá pela relevância da proposta de uma educação voltada para a diversidade, que coloca para todos os educadores o imenso desafio de estar atento às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que possibilite interpretá-las. Vivemos em uma sociedade marcada pela pluralidade e também pela desigualdade, então cabe também aos professores desenvolver um conhecimento reflexivo frente à diversidade de valores e culturas. No Brasil temos grandes contribuições da cultura Afro-brasileira e Indígena que fazem parte da nossa raiz histórica e que não podem ficar de fora do sistema educacional. Resgatar estas contribuições auxilia no entendimento dos alunos sobre o respeito às diversidades presentes na sociedade e também no aprendizado da valorização do Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro.

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a importância de trabalhar a questão da diversidade étnica e racial em sala de aula. A ideia do tema de pesquisa surgiu através da necessidade do professor de Sociologia desenvolver no aluno a capacidade de lidar com instrumentos da sua realidade política, cultural e econômica para formar sua consciência de mudança. Por mais que a realidade social brasileira seja distinta, ainda se percebe que a escola está comprometida mais com os ideais burgueses e interesses das classes mais abastadas da sociedade do que com a realidade da maioria da população. Por isso, é necessário extinguir a educação eurocêntrica que nada tem a ver com a nossa cultura e visão de mundo e acaba por desconstruir a história da nossa sociedade brasileira que é composta por diversas etnias.

Ter como modelo uma educação que não nos representa faz com que desvalorizemos a nossa cultura, bem como aqueles que contribuíram para a sua formação: como os negros e os indígenas. Se acredita aqui que a Sociologia deve desempenhar um papel militante, não impondo verdades, mas mostrando que existem diferentes percepções para analisar a sociedade.

A mudança da percepção só é possível com a modificação da estrutura por causa do condicionamento que essa exerce sobre aquela. Tal percepção significa a substituição de uma visão distorcida da realidade por uma percepção crítica da mesma (FREIRE, 1983). A escola, por si só, não opera grandes mudanças na sociedade. No entanto, a execução de uma educação crítica é um dos instrumentos necessários para superar uma educação ingênua e acrítica que reforça a exclusão social. Nesta perspectiva, a luta por uma educação menos racista que represente verdadeiramente a nossa história e cultura é primordial e precisa ser iniciada na escola.

No sentido de compreender questões que se referem ao respeito, ao preconceito, as relações étnico-culturais e a educação antirracista, foram utilizado, principalmente, os aportes teóricos de Munanga (2005), que aborda o racismo na escola, o preconceito e estereótipos em torno dos materiais pedagógicos; os de Moore (2007) que discute o racismo e o preconceito na sociedade;

Laraia (1986), que trabalha o tema diversidade cultural; Paulo Freire (1983), que discute sobre as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas através de uma educação crítica; e Schwarcz (1993), que trata da questão racial no Brasil. A metodologia utilizada na pesquisa foi a qualitativa e se deu através de revisão bibliográfica de artigos, revistas, teses, dissertações e livros.

A discriminação vivenciada pelo indígena e o negro

Com a chegada dos europeus, que por aqui se instalaram, os indígenas habitantes nativos brasileiros foram alvos de discriminações por causa de suas características, comportamentos e religiosidade. Alguns religiosos europeus não acreditavam que os indígenas tivessem alma, muito menos pertencessem à natureza humana, pois para eles os indígenas pareciam animais selvagens. No entanto, inicialmente brancos e índios mantinham um contato cordial, através da troca de serviços por produtos.

A época das grandes viagens inaugura um momento específico na história ocidental, quando a percepção da diferença entre os homens torna-se tema constante de debate e reflexão: a conquista de terras desconhecidas levava a novas concepções e posturas, já que, se era bom observar, era ainda mais fácil ouvir do que ver. Nas narrativas de viagem, que aliavam fantasia a realidade, esses novos homens eram frequentemente descritos como estranhos em seus costumes, diversos em sua natureza (SCHWARCZ, 1993, p. 44).

Nesta perspectiva os indígenas eram caracterizados pelos portugueses como povos primitivos. Descreviam a cultura e seus costumes como algo atrasado, por isso, logo que aqui chegaram, os portugueses impuseram aos indígenas o seguimento dos seus costumes como se estes fossem superiores. Como exemplo, os indígenas cortavam árvores, levavam até as praias, onde eram trocadas por roupas e até mesmo ferramentas.

Contudo, a cordialidade entre brancos e índios se desestabilizou após a entrada dos franceses na disputa pelo Pau-Brasil e, conseqüentemente pela mão-de-obra dos mesmos. Por isso, os colonizadores começaram a atacar as aldeias para forçar o trabalho dos índios que eram levados acorrentados e aqueles que resistiam eram mortos (ALLGAYER, 2005). No entanto, o trabalho indígena não gerava lucros para Portugal e, dessa forma, foi sendo aos poucos desestimulado pela metrópole que almejava a sua substituição pela escravidão negra. Negros já tinham o conhecimento rudimentar da agricultura, mineração e manufatura e assim proporcionariam maiores lucros para os colonizadores.

A visão discriminatória dos europeus desde 1500 se perpetuou e hoje se encontra arraigada na sociedade brasileira. O preconceito ainda impera, pois grande parte da população não conhece a história do indígena, desconhecendo a sua própria história. A sociedade acredita que o indígena seja incapaz de compreender o mundo do homem “branco” com suas regras e valores, e ainda associa a imagem do indígena a adjetivos negativos, como bárbaro, selvagem, preguiçoso, entre outros.

Não é incomum as pessoas confundirem os índios com mendigos nas cidades, tampouco não saberem distinguir entre uma etnia ou outra. Para a população, todos os índios são iguais e possuem uma imagem pejorativa, carregada de preconceito, e as denominações de que índios são vagabundos, bêbados, marginais, ladrões, deflagram o total desconhecimento a respeito dessas populações (BARÃO e FRAGA, 2010, p. 149).

Antes da década de 1970, ninguém aceitava a denominação de índio ou indígena por ser pejorativa e desqualificadora, desse modo as autodefinições étnicas eram negadas ou reprimidas. A criação do termo “índio” ou “indígena” ocorreu a partir do navegador Cristóvão Colombo que, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu viagem no ano de 1492 partindo da Espanha com destino às Índias. Contudo, seus erros de navegação acabaram lhe conduzindo ao atual continente americano e, mesmo percebendo seu equívoco, batizou os habitantes encontrados nesse novo local de “índios” (LUCIANO, 2006).

Foi a partir da década de 1970, com o surgimento do movimento indígena organizado que os povos indígenas do Brasil concluíram que era importante continuar com a denominação índio ou indígena como uma identidade que une e articula todos os povos originários do atual território brasileiro para demarcar fronteira étnica e identitária entre eles. “De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses em comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes” (LUCIANO, 2006, p. 31).

A Constituição Federal de 1988 (art. 231 e 232) reconhece o respeito às formas de organização própria aos povos indígenas, além de suas crenças, costumes, usos e tradições bem como os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras. Segundo o Decreto nº 5051/04 de 19 de abril de 2004 (Convenção 169 da OIT):

Reafirma o reconhecimento desses direitos constitucionais e ressalta o direito de autonomia dos povos indígenas, no sentido de garantir o respeito às formas diferenciadas de vida e organização de cada povo indígena; seus anseios e planos de vida, de gestão e de desenvolvimento de seus territórios, afastando-se antigos ideários de assimilação, superioridade ou denominação frente aos indígenas. Entende-se que a garantia de direitos de cidadania aos povos indígenas fundamenta-se no reconhecimento da diversidade e no respeito e fortalecimento das formas próprias de organização de cada povo indígena, para garantir que as decisões e estratégias diferenciadas dos povos indígenas sejam consideradas no interior das políticas públicas e na relação com os diferentes setores nacionais (Decreto nº 5051, 2004).

Se no passado o indígena se sentia oprimido e discriminado por causa da representação cultural, hoje o reconhecimento da cidadania indígena brasileira, a valorização da sua cultura possibilitou uma nova consciência étnica dos povos indígenas no Brasil. Ser índio passou a ser uma expressão sociocultural importante do país. No entanto, segundo Barão e Fraga:

O espaço conquistado nessa sociedade nacional ainda está muito longe do desejado por eles, pois a integração, como planejou o Estado brasileiro, já se mostrou inadequada. Agora tenta-se amenizar os males, dando espaço para manifestação pública dos costumes e das culturas indígenas (BARÃO e FRAGA, 2010, p. 150).

Grande parte da população brasileira desconhece a história dos povos indígenas e isso acaba sendo um empecilho para que compreendam a luta dos indígenas em prol dos seus direitos. Muito já foi conquistado pelo movimento indígena, mas ainda falta uma grande mudança em torno das ações de políticas públicas direcionadas a questão étnico-racial. Não só para os povos indígenas, mas também para a população afro-brasileira.

O negro foi trazido para o Brasil no final do século XVI durante o período Colonial na condição de escravo. Sua função foi trabalhar no plantio da cana de açúcar, nos engenhos e também nas casas dos senhores de engenho realizando trabalhos domésticos entre outros.

A forte marca inscrita no passado histórico de escravização sofrido por milhares de homens negros, mulheres e crianças negras, sequestrados na África e destituídos de sua humanidade para serem aqui vendidos como se fossem mercadorias, animais ou objetos, deixou para os seres humanos uma herança que em nada pode servir para dignificar a sociedade e a humanidade (VALENTIM e BACKES, 2011, p. 10).

Quando trazidos para o Brasil os negros deixaram os seus costumes, cultura e religião para trás, foram arrancados de sua terra, eram organizados em tribos distintas com diferentes dialetos, mas nada disso foi respeitado pelos portugueses que tinham como interesse somente seu lucro. Exemplo disso foi a forma com que os negros foram transportados em navios em péssimas condições, muitas vezes mal recebiam alimentação durante a viagem, e quem ficasse doente era jogado ao mar. Nesse sentido, a vinda dos africanos para o Brasil foi muito diferente dos imigrantes que vieram para cá em busca de oportunidade de trabalho, principalmente após a abolição da escravidão. Naquele momento, o governo brasileiro incentivou a entrada dos imigrantes brancos europeus para suprir a necessidade de mão de obra qualificada para substituir os escravos, dando-lhes oportunidades a terra e ferramentas para começar seu sustento.

No que diz respeito às manifestações culturais, os africanos, assim como os indígenas, eram proibidos de manifestar seus rituais e costumes porque os portugueses não gostavam e denominavam sua cultura de ultrapassada. Índios eram catequizados pelos jesuítas e obrigados a seguir a doutrina do catolicismo. Mas, mesmo com a proibição, não abandonaram o culto aos seus deuses e conseguiam um jeito para continuar seguindo suas tradições. Os negros somente a partir do século XX tiveram suas manifestações culturais aceitas, como exemplo: o Samba, a capoeira, a religião e a culinária que hoje fazem parte do cotidiano de todos nós.

Mesmo com o grande legado cultural do negro para com a sociedade brasileira ele ainda acaba sendo discriminado pela sua cor de pele. A sua imagem é marginalizada, pois ainda impera o etnocentrismo que, por consequência, gera o preconceito religioso, cultural, político e étnico. Ainda nos dias de hoje se manifesta uma ideologia preconceituosa de uma etnia sobre as outras. “Observa-

se, no entanto, grande dificuldade na aceitação das diversidades em uma sociedade ou entre sociedades diferentes, pois os seres humanos tendem a tomar seu grupo ou sociedade como medida para avaliar as demais” (TOMAZI, 2010, p. 174).

Após a abolição da escravatura em 1888, os negros foram abandonados à sua própria sorte. Enfrentaram grandes dificuldades para se inserir na sociedade, sem ter onde morar, muitos perambularam pela cidade como vadios e grande parte não tinha nem mesmo o domínio da escrita. Não bastassem os anos de luta pela liberdade, após a abolição, uma nova luta teve de ser travada contra o preconceito, a exclusão social e a discriminação. De lá para cá muita coisa mudou, mas ainda há um abismo entre brancos e negros e a democracia racial ainda não existe.

Desde a “descoberta” do Brasil pelos europeus, os discursos relativos à identidade nacional foram construídos sem consideração pela história e pela cultura das populações indígenas e afrodescendentes estabelecidas no território brasileiro. No século XX, a ideologia de branqueamento, o mito da democracia racial e o elogio a mestiçagem contribuíram para desvalorizar e apagar a diversidade e as peculiaridades de certas populações historicamente dominadas que constituem o país, bem como para ocultar as desigualdades gritantes em seu acesso aos direitos fundamentais (SARAIVA, 2010, p. 87).

Quando os indivíduos não têm seus direitos básicos atendidos, como por exemplo: saúde, educação, segurança, se organizar e lutar através dos movimentos sociais com o objetivo de mudar tal situação é uma poderosa ferramenta. De acordo com Rezende (2011), diversos grupos sociais, muitas vezes formados por minorias étnicas, religiosas, sexuais e políticas lutam para afirmar sua própria identidade por se sentirem excluídos. E nesse intuito, organizam movimentos sociais, políticos, étnicos sexuais e raciais que acabam dando um novo sentido à noção de cidadania. Essa situação de exclusão ou de discriminação conduz as minorias organizadas a passar do discurso para ação política, buscando seus direitos na sociedade democrática.

Os movimentos sociais têm suas ações desenvolvidas em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento para criar uma sociabilidade. Nem sempre o Estado é visto como adversário para os movimentos sociais, mas sim, como o único aliado capaz de resolver as suas demandas. Nesse sentido, a luta do movimento negro e indígena segue contra a discriminação e a exclusão social. Ressaltando a importância das suas contribuições para os pilares da sociedade brasileira.

A partir de práticas contra a ditadura militar, os movimentos populares e sindicais do campo e da sociedade passaram a exigir distribuição justa dos bens produzidos pelo trabalho e maior participação social nas decisões sobre os rumos adotados pelo país. Foi na resistência à ditadura que vários grupos se fortaleceram para as lutas subsequentes em prol dos direitos humanos. Desde o início do século XX, o Movimento Negro já estava ativo em busca de transformações, lutando pelas mudanças no modelo educacional dominante, pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil, pela importância da inclusão da sua história e sua cultura como parte da formação da cultura brasileira. Mas, as grandes transformações somente ocorreram devido à união do movimento negro

que por aqui se organizou na década de 1970. Desde lá, vários avanços ocorreram durante anos de luta, entre eles, a criação da lei federal 10.639 de 2003 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de todo o país (CICONELLO, 2007).

Cultura étnico-racial e o ambiente escolar

As leis federais 10.639/03 e 11.645/08 e as questões étnico-culturais em sala de aula

Em 2003, a Lei Federal 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. A alteração da LDB/1996, especificamente com acréscimo dos artigos 26-A e 79-B, passou a vigorar com o texto legal que se segue:

Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (Lei nº 10.639, 2003)

Na política educacional, a Lei 10.639/2003 representa o rompimento com a postura pedagógica que não reconhece as diferenças existentes do processo de formação da sociedade brasileira. “simboliza, simultaneamente um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira” (BRASIL, 2009, p. 21). Sabe-se que as manifestações de preconceito estão relacionadas ao conceito de superioridade entre diferentes grupos, que acaba transformando diferenças em desigualdades. Dessa forma, no ano de 2008, a Lei Federal 11.645 alterou novamente a LDB para incluir no currículo a obrigatoriedade do estudo da História e cultura dos povos indígenas. Assim, a legislação passou a exigir a inclusão no currículo oficial da rede de ensino à obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Incluir essa temática faz justiça às lutas do movimento negro e indígena que alertam a sociedade para o que existe, mas não é reconhecido: o racismo que se encontra arraigado em nossa sociedade e deve ser combatido independentemente do grupo que sofra a discriminação e o preconceito.

A sociedade brasileira deve ao movimento negro um tributo por sua coragem em se empenhar, com determinação e persistência, pela contribuição de uma sociedade nova, onde a diferença seja vista como uma riqueza e não como um pretexto para justificar as desigualdades (BRASIL, 2009, p. 22).

Em uma sociedade composta por diversas etnias é essencial combater o preconceito e as discriminações relacionadas à identidade, cultura, raça, gênero e as deficiências. Os professores, como agentes de mudança que são, tem por função lutar pela educação inclusiva, trabalhar o meio em que os alunos estão inseridos e assim pensar em um currículo multicultural para abordar as diferenças culturais no âmbito escolar.

A educação inclusiva está relacionada diretamente a oferta de um ensino educacional de qualidade que respeite a diversidade entre os alunos e atenda suas necessidades de acordo com suas capacidades. Nesta temática, o currículo multicultural traz a abordagem da diversidade cultural para a escola visando à formação de cidadãos críticos que respeitem os diferentes seguimentos de cultura. “Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer situação” (ARANHA, 2004, p. 7).

A partir do conceito da educação inclusa é possível questionar: Será que a escola está realmente desempenhando o seu papel diante da diversidade? O papel que a escola ocupa hoje na sociedade brasileira é complexo, devido ao sistema capitalista que impera na sociedade. A escola, por si só, não opera grandes mudanças na sociedade, no entanto, a execução de uma educação crítica é um dos instrumentos necessários para superar uma educação ingênua e acrítica que reforça a exclusão social. A educação escolar é o caminho para a convivência e o respeito à diversidade de forma a excluir o preconceito e a discriminação. “Assim, a educação via escola, deve desenvolver no aluno a capacidade de operacionalizar com instrumentos da sua realidade política, cultural, profissional e econômica para desenvolver a consciência de mudança, questionamentos e transformação” (TRINDADE, 2003, p. 2).

O preconceito, infelizmente, transformou-se em uma ideologia para justificar a dominação de uma etnia sobre as outras. Dessa forma, é preciso refletir em relação ao papel desempenhado pela escola para lutarmos em prol de uma educação menos racista.

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta à lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta à moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas (MUNANGA, 2005, p. 18).

Negros e índios são representados nos materiais pedagógicos de forma estereotipada. “Isso contribui para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial” (SILVA, 2005,

p. 25). Desfazer esses estereótipos de inferioridade precisa ser um dos objetivos dos professores em sala de aula.

Mesmo diante de tantas conquistas, as desigualdades escolares ainda são enormes entre alunos negros e brancos. Estas relações desiguais refletem, por exemplo, sobre o período de permanência na escola, o acesso ao ensino superior e o rendimento escolar. Infelizmente, grande parte do conteúdo de ensino ainda segue marcado pelo modelo da miscigenação e da homogeneização cultural. O preconceito racial ainda é fator estruturante das injustiças sociais que permeiam a sociedade. As desigualdades que ainda separa negros e brancos são reflexo do passado de exclusão social, principalmente após abolição da escravatura no Brasil. O racismo não surgiu de repente, ele é oriundo de um longo processo de exploração dos colonizadores. Exploração essa que gerava riqueza e poder, para o homem branco colonizador. “[...] a cultura popular sobrevive aos tempos porque ela é transmitida através de gerações. E sendo o racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através de preconceitos, discriminações e estereótipos” (MUNANGA, 2005, p. 45).

A escola, por sua vez, exerce um papel fundamental para a formação de cidadãos pensantes e críticos. Ela é o espaço propício para aprender a respeitar e a conviver com as diferenças. Esse foi um dos objetivos para a implantação das Leis federais 10.639/03 e 11.645/08 no currículo escolar.

Relembrar a sociedade o processo verdadeiro por meio do qual se constituiu realmente a Nação traz também o desafio de se criar um terreno favorável para a implantação de medidas públicas tendentes a reduzir o impacto histórico cumulativo que teve a escravidão sobre aqueles brasileiros hoje a metade da população, que se encontram confinados, em sua maioria, nas posições sociais de maior precariedade (MOORE, 2007, p. 27).

A inclusão das Leis federais 10.639/03 e 11.645/08 no currículo da rede de ensino é importante para a compreensão da sociedade com relação à história e as contribuições da população negra e dos povos indígenas para a construção da sociedade brasileira. A partir do conhecimento da história do afro-brasileiro e do indígena se torna possível cultivar o respeito à diversidade étnica destes povos que foram privados de seguirem seus costumes durante a escravidão e que hoje lutam por melhores condições no campo social.

“A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania” (SILVA, 2012, p. 33). A valorização do negro e do indígena resulta no questionamento dos lugares sociais em que estão ocupando, seja no mercado de trabalho, nas representações simbólicas da sociedade brasileira, no campo educacional ou outros. Isso gera mudança na autoestima da população negra e indígena aumentando a consciência das desigualdades existentes na sociedade alimentadas pelo preconceito.

O povo indígena luta por um espaço para poder plantar, caçar, pescar e seguir os seus costumes. No entanto, não é tarefa fácil esta luta por um pedaço de terra, contudo, o índio segue lutando pelo que é seu por direito. Com o desenvolvimento das cidades muitos índios viram a

necessidade de se adaptar ao mundo do “homem branco”. Em meio a solução que encontraram para a sobrevivência há pensamentos preconceituosos de que eles perderam a sua identidade, pois agora usam roupas e possuem aparelhos eletrônicos. Porém, nem todos os índios foram para as cidades e muitos ainda mantêm sua cultura preservada em reservas indígenas.

“Qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação [...] o contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que forças internas” (LARAIA, 1986, p. 96). Esta mudança, sem dúvidas, foi uma necessidade para os indígenas, que não deixaram de ser indígenas por usarem roupas, possuir residência, automóvel, aparelhos eletrônicos, etc. Eles passaram por um processo de mudança por uma questão de sobrevivência. Uma parcela dos indígenas mora em reservas indígenas e outra ainda segue na tentativa de se adaptar a cidade. Muitas vezes, nos deparamos com índios vendendo seus artesanatos nas praças ou até mesmo nas calçadas de estabelecimentos para ter o que comer. Aí, surgem denominações pejorativas de que os índios são vagabundos, marginais, bêbados. E não se considera sua história e sua importância na constituição da sociedade brasileira.

“A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade” (LARAIA, 1986, p. 67). Esse comportamento de superioridade é o que reina na sociedade brasileira com relação à diversidade étnica, seja para com os índios ou população negra.

Escola e discriminação racial

O preconceito sofrido pelas populações indígenas não é diferente dos negros. O negro sofre preconceito pela cor da sua pele, pelo seu cabelo, pela sua religião, costumes etc. O ingresso ao mercado de trabalho e a permanência na escola em relação ao branco ainda segue em desvantagem. Há preconceito quando o negro ocupa lugares de destaque, como cargos de chefia nas mais diversas áreas, pois persiste a ideia de que o negro deve ser sempre subordinado aos demais integrantes da sociedade.

A escola, por sua vez, representa uma via de acesso à cidadania, mas, nem por isso, as discriminações no interior dela deixam de existir. A discriminação étnico-racial no ambiente escolar envolve todo o tipo de prática, seja ela discriminatória ou preconceituosa que esteja relacionada às relações raciais, pessoais entre professores, estudantes e direção da escola e, principalmente, o racismo repassado através do livro didático. Há uma grande presença de estereótipos nos materiais pedagógicos, principalmente no livro didático que muitas vezes é o único material disponível na maioria das escolas públicas e acaba sendo a “salvação” dos professores diante de uma turma repleta de alunos. No entanto, é preciso ter cuidado, pois o livro didático simplifica demais ou até mesmo traz de uma forma distorcida fatos do processo histórico cultural de diversos seguimentos sociais, como a mulher, o negro, o índio, entre outros (MUNANGA, 2005).

Com uma elite intelectual alienada a valores culturais europeus e com uma classe dirigente aliada ao imperialismo econômico e à sua ideologia racista, seria ingênuo acreditarmos que o atual Sistema Educacional possa vir a organizar o ensino em desacordo com as classes que dominam a sociedade, e de acordo com as características multirraciais da população que possui. Ou seja, se os formuladores do ensino no Brasil são pertencentes a uma elite intelectual eurocêntrica, é lógico que o ensino está centrado nos valores culturais europeus (TRINDADE, 1994, p. 14).

Os estereótipos encontrados nos livros didáticos acerca da história e cultura dos negros e dos indígenas prejudicam no processo de aprendizagem dos alunos, porque acabam afirmando a ideia de superioridade de determinada etnia sobre as outras. A própria ideia de branqueamento, onde o aluno negro/indígena percebe a sua representação de forma negativa com relação à outra é uma delas. Desse modo, o aluno inicia a rejeição da sua identidade e tenta se aproximar o máximo possível da imagem do indivíduo que é representado positivamente nos livros didáticos e na sociedade como um todo. Por isso, é imprescindível reformular os livros didáticos, pois a aprendizagem das histórias distorcidas ou contadas pela metade em fase de escolarização dificulta a desconstrução dos conceitos formulados de modo incorreto.

Nessa perspectiva, espera-se que o professor não tome o livro didático como uma prescrição e/ou imposição ao seu trabalho, lançando mão de outros materiais pedagógicos e refutando as proposições do livro que não condizem com a sua proposta de trabalho (CAIMI, 2010, p. 110).

Acredita-se aqui que o livro didático não precisa ser usado “religiosamente” em todas as aulas, até porque tudo que utilizamos em excesso nos é prejudicial. Se entende e conhece as dificuldades encontradas nas escolas públicas em torno dos materiais pedagógicos, mesmo assim, se considera necessário investir na formação continuada, para não tornar o professor dependente de um único material pedagógico. É preciso buscar novas alternativas de aprendizagens que possibilitem aos alunos desenvolver o senso crítico a partir de sua realidade.

As Leis federais 10.639/03 e 11.645/08, de certa forma, buscam a promoção de um novo olhar sobre a história do povo indígena e dos negros, que fuja a lógica apresentada ao longo dos anos nos materiais didáticos disponibilizados pelo sistema público de ensino. Têm a finalidade principal de trazer de volta para a sociedade à história da cultura nacional constituída também pela cultura africana e indígena. Isto é muito importante para os alunos descendentes de tais etnias, para a compreensão da trajetória dos seus antepassados. De um modo geral, será relevante para todos os alunos que aprenderão sobre as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional. Mas, será que a escola está preparada para trabalhar essas questões étnico-culturais com seus alunos? “Espera-se que a escola assuma realmente o seu papel social de valorização e de difusão da cultura e da pluralidade de nossa formação étnica” (FERNANDES, 2005, p. 8).

Atualmente “os povos indígenas, na versão escolarizada do “Dia do Índio”, não são apresentados como sujeitos políticos, em luta pela garantia de suas terras, pelo respeito aos seus modos de viver, de organizar-se, de educar, de relacionar-se com o sagrado” (BONIN e

BERGAMASCHI, 2010, p. 7). Assim, continua a perpetuar a ideia de que o indígena é um ser exótico, por isso é essencial trabalhar o conceito cultural desde a educação infantil, exaltando as diferenças como uma riqueza, não como um problema. Mas, para tanto, é preciso que o professor esteja comprometido com a mudança no sentido de valorização da diversidade étnica. Para que, desde a infância, o aluno possa entender que ser diferente de determinada pessoa não seja algo negativo, mas sim, positivo. Isto é importante para a desconstrução do pensamento de superioridade de determinadas etnias sobre as outras.

O dia 19 de abril, dia do Índio, assim como o dia 20 de novembro que marca o dia da Consciência Negra, foram instituídos no calendário nacional para discutir e refletir sobre as diferenças étnicas, no sentido de desconstruir o preconceito vigente que ainda há em nossa sociedade. Portanto, é necessário discutir também no ambiente escolar como estas populações encontram-se sob as relações de poder, senão, de nada adianta discutir sobre a diversidade cultural sem problematizar o seu contexto.

Muitos professores durante sua formação não foram capacitados para lidar com a convivência da diversidade. Isso conduz a perpetuação do preconceito, visto que, a educação ainda se encontra voltada para uma pedagogia eurocêntrica, que acaba resultando no abandono escolar de determinados alunos que se sentem excluídos devido ao preconceito e à discriminação. “Faz parte igualmente do pensar certo, a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 1996, p. 17).

Assim como Freire (1996), se entende aqui que a luta contra o preconceito e a discriminação racial precisa ser a bandeira de todo o professor independentemente de sua etnia. O respeito às diferenças precisa ser levado a sério. As leis federais 10.639/03 e 11.645/08 foram implantadas e agora cabe a todos os professores lutar contra a propagação do preconceito através de um ensino inclusivo, e não o contrário. Por isso, a importância de uma educação voltada a desenvolver o senso crítico dos alunos em torno da sua realidade “[...] capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (MUNANGA, 2005, p. 17).

Dessa forma, é relevante que o professor possa desenvolver no aluno a capacidade de lidar com instrumentos da sua realidade política, cultural e econômica para desenvolver a consciência da mudança, sem enfatizar “verdades”, mas sim, um senso crítico, através da transformação do olhar sobre sua própria realidade. Sabemos que não existe uma educação neutra, pois ela está sempre relacionada a atender determinados objetivos e modelos pré-estabelecidos. Entretanto, mesmo que a escola se encontre comprometida com a ideologia dominante, ideais políticos e econômicos da burguesia é preciso estar ciente de que o ambiente escolar ainda representa os interesses das classes que estão à margem da sociedade.

As possibilidades e dificuldades encontradas para trabalhar as questões étnico-raciais em sala de aula

Trabalhar em sala de aula as questões étnico-raciais não é tarefa muito fácil, sobretudo se o professor não estiver preparado para abordar o tema. No entanto, isso não pode servir para justificar o silêncio e o não questionamento das questões de exclusão, preconceito e discriminação racial presentes na sociedade.

Ser professor exige determinação e a ciência de que os resultados serão alcançados a longo prazo. Por isso, é necessário desafiar-se a cada dia na esperança de uma educação de qualidade e a luta não deve cessar. Professores não se constituem como objetos diretos de mudança, mas como vetores que contribuem para desenvolver o senso crítico dos alunos, dando possibilidades para que eles mesmos transformem a sociedade estratificada em sociedade de oportunidades iguais a todos.

Mas como abordar a questão étnico-racial em sala de aula? As dificuldades são extensas, como exemplo os materiais didáticos precários disponibilizados nas escolas públicas contendo estereótipos, ou mesmo o professor quando traz o argumento da falta de formação para lidar com o desafio da diversidade étnico-cultural. Mas, então não existem possibilidades?

As possibilidades existem, mas não se tem um manual prático para segui-las. Uma delas é utilizar o livro didático como ferramenta, transformando-o em um instrumento para o alcance da consciência crítica. Outra é a necessidade de se investir na formação continuada para fortalecer os laços com os alunos. O professor tem grande importância na vida de um aluno, muitas vezes ele marca para sempre o mesmo, de um modo positivo ou negativo. Negativo se não estiver preocupado com o desenvolvimento de uma visão crítica pelos alunos, se tornando então um mediador acrítico dos estereótipos que produzem o preconceito e impedem o conhecimento sobre o outro. Positivo se estiver comprometido com o real sentido da sua profissão e não cultivar o espírito de individualidade, mas sim, traçar novas metodologias para a educação.

As dificuldades encontradas para trabalhar com as diversidades étnico-raciais são maiores que as possibilidades, principalmente devido ao sistema precário presente em grande parte das escolas públicas. Então, cabe ao professor desempenhar o real sentido da sua profissão e seguir lutando contra a exclusão social, o preconceito e a discriminação.

Neste sentido, o papel desempenhado pelo professor faz toda a diferença, sobretudo, quando trabalha com uma proposta pedagógica de cunho revolucionário, destruindo os mecanismos hegemônicos burgueses, pois o conceito de educação está ligado ao de liberdade, democracia e cidadania. “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1983, p. 30). Neste viés, a educação é um processo de construção de uma nova sociedade, e precisa assumir o desafio de formar alunos que sejam capazes de desenvolver habilidades, sentidos, potencialidades e criticidade.

“O reconhecimento das identidades culturais no Brasil está intimamente ligado à questão étnica e racial, ou seja, às relações de poder e às estruturas sociais herdadas do período colonial”

(SARAIVA 2010, p. 13). Esta questão é totalmente política e remete à desconstrução de uma ideologia dominante através da luta contra a discriminação e o preconceito contra os negros e indígenas. A implantação das leis federais 10.639/03 e 11.645/08 representa a força do movimento negro e indígena, que lutam para afirmar as forças das suas tradições e do reconhecimento das suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

O estudo sobre o afro-brasileiro e o indígena no âmbito escolar simboliza o respeito para com estas etnias que foram privadas de seguirem os seus costumes. Simboliza, também, o respeito e o direito dos descendentes destas etnias de conhecerem a história dos seus antepassados. Não tem como negar as grandes contribuições culturais deixadas pelos indígenas e pelos negros na sociedade brasileira e ignorar essas contribuições é uma forma de discriminação, ao passo que estudar esse legado é respeitar a história do Brasil. Diante do processo histórico do racismo, que existe em nossa sociedade e impede o acesso dos negros e dos indígenas as reais condições de igualdade e de direito o professor não pode silenciar.

Neste aspecto, são importantes novas perspectivas sobre a Cultura Afro-brasileira e Indígena por meio das Leis federais 10.639/03 e 11.645/08 que se constituem em elemento primordial para o processo de construção-reconstrução, conhecimento-reconhecimento e valorização de diferentes olhares e compreensões no sentido de desconstruir os significados e representações preconceituosas e racistas que tem se configurado nos conteúdos didáticos e no espaço da escola (VALENTIM e BACKES, 2011).

Considerações finais

Ao término da pesquisa é possível concluir que a forte marca do passado histórico de exploração e escravização sofrida pelos indígenas e, principalmente, pelos negros que foram arrancados da África e trazidos para o Brasil para serem vendidos como se fossem mercadorias acabou se perpetuando como uma ideologia hegemônica que está enraizada em nossa sociedade e que se apresenta através da exclusão social, do preconceito e da discriminação sofrida pelos negros e indígenas. Mas, nem tudo são pedras.

Muitas coisas mudaram diante do triste cenário da exploração e escravidão. E tudo isso devido à organização e o empenho do movimento negro e indígena que lutaram e ainda lutam contra a discriminação e o racismo, também por igualdade de oportunidades e respeito por suas contribuições à sociedade brasileira. Exemplo disso, a aprovação das Leis federais 10.639/03 e 11.645/08 aplicadas no ensino escolar como forma de desconstruir a educação eurocêntrica a qual não reconhece as diferenças do processo de formação da sociedade brasileira. A aplicação dessas leis é um caminho a ser percorrido na luta por uma educação menos racista. Para tanto, é preciso aumentar o debate e a preparação pedagógica para se efetivar realmente uma educação antirracista, ressaltando que a transformação na educação se constitui por uma luta coletiva através de comprometimento dos gestores públicos, bem como dos profissionais da educação.

Neste caso, o professor tem papel fundamental como instrumento para a conscientização de seus alunos e, por isso, não pode ter receio do novo. Ele precisa desenvolver um trabalho que faça

sentido para os alunos e que seja atrativo ao seu aprendizado. O desafio não é tarefa fácil diante das dificuldades encontradas nas escolas públicas, principalmente no que diz respeito aos livros didáticos, cheios de estereótipos que favorecem a perpetuação da educação voltada ao ensino eurocêntrico. Mas o esforço do professor sempre será válido se acredita no poder da mudança de pensamento através de uma educação crítica voltada para a realidade do próprio aluno.

Referências

- ALLGAYER, E. *Escravidão, negros & índios: realidade, histórias e mitos*. Porto Alegre: Editora Rigel, 2005.
- ARANHA, M. S. F. (org.). *Educação Inclusiva: a escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BARÃO, V. M.; FRAGA, G. W. O nativo e a nação: a formação da nacionalidade brasileira e a figura do índio integrado. In: BARROSO, V. et al. (org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST; EXCLAMAÇÃO; ANPUH/RS, 2010.
- BRASIL. *Contribuições para a implementação da lei 10.639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Lei 10. 639/2003*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. *Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004*. Disponível em <www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/2013-11-18-18-03-14>. Acesso em 26 fev. 2016.
- BRASIL. *Lei 10.639/03*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 06 fev. 2016.
- BONIN, I.; BERGAMASCHI, M. *Culturas Indígenas e Afro-Brasileiras – relações étnico-raciais*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp.5-12, Jan/Abr, 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/art_v12_n1.htm.
- CICONELLO, A. *O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial*. 2007. Disponível em <<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/Racismo - texto do Peck.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2016.
- CAIMI, Flavia. E. *Escolhas e usos do livro didático de História: o que dizem os professores*. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. 1. ed., v. 1. Porto Alegre: EST Edições, 2010. p. 101-114.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades*. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, set/dez, 2005, p. 378-388.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. 9.ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. 6.ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LARAIA, R. B. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

- LUCIANO, G. S. *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/ Museu Nacional, 2006. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2016.
- MOORE, C. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MUNANGA, K. *et al.* (org.). *Superando o racismo na escola*. 2.^a Edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- REZENDE, R. M. Movimentos sociais na atualidade: algumas reflexões. *Rev. Triang: Ens. Pesq. Ext.* Uberaba - MG, n. esp. dez., 2011, p. 45-51.
- SARAIVA S. A política curricular no Brasil: entre valorização da diversidade cultural, consideração das memórias particulares e construção de uma história compartilhada. Tradução de Marcelo Ferreira. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v. 4, n. 2, nov. 2010. p. 85-110. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em 20 fev. 2016.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, T. F. O. Lei 10.639/2003: por uma educação antirracismo no Brasil. *INTERDISCIPLINAR*. Ano VII v. 16, jul-dez de 2012. p. 103-116. Disponível em <http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_16/INTER16_008.pdf>. Acesso em 18 fev. 2016.
- TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. 2.^a Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.
- TRINDADE, R. R. Educação e ideologia para Marx e Engels. *Lato & Sensu*, Belém, v. 4, n. 1, out, 2003. p. 3-5.
- TRINDADE, A. L. O racismo no cotidiano escolar. 1994. 249 f. *Dissertação* (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Psicologia da Educação, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8948/000304120.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 mar. 2016.
- VALETIM, R. M.; BACKES, J. L. *A lei 10.639/03 e a educação étnico-cultural/ Racial: reflexões sobre novos sentidos na escola*. 2011. Disponível em <<http://www.giacon.pro.br/lem/EDICOES/01/Arquivos/valentim.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2016.

Michele Alves de Jesus - Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, pela Universidade federal de Rio Grande. E-mail: michele_-_alves@hotmail.com.